



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Hoje, por força da adoção de novos critérios de administração, a Rêde Ferroviária Federal de 1965 em nada se parece com a de 1963. E pela primeira vez na sua história a Receita e a Despesa passaram a revelar uma linha convergente, ao contrário da acentuada divergência antes observada. Anteriormente, a cada aumento da Receita correspondia um aumento ainda maior da Despesa; hoje a arrecadação se eleva em escala maior do que os gastos.

Decorrência dêsses novos moldes é um ativo reaparelhamento da empresa, objetivando a expansão da capacidade de transporte e a qualidade do serviço, de modo a incrementar a densidade do tráfego. Para atender a êsse programa a Rêde Ferroviária está adquirindo 100 locomotivas diesel-elétricas de bitola métrica, e mais 69 de bitola larga, estas destinadas ao transporte de minérios de exportação pela Central do Brasil, que já acusa, neste ano, um incremento de 59% sobre igual transporte no ano anterior. Também 700 vagões fechados e metálicos adquiridos à indústria nacional foram incorporados ao tráfego, enquanto mais 400 deverão ser entregues em 1966.

São surpreendentes os resultados colhidos em período tão breve, e como decorrência de um conjunto de medidas, dentre as quais, a par da eliminação de dâdivas incompatíveis com a sobrevivência da empresa, incluem-se a política de comercialização do tráfego, evolução para a realidade tarifária e melhoria de métodos operacionais. Realmente, graças a êsses novos critérios, já é possível anunciar que uma das principais ferrovias — a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí — deixou de ser deficitária a partir de julho último. Também a D. Teresa Cristina, "a estrada do carvão", não demorará em acusar *superavit*; e no mesmo sentido estão caminhando seguramente a Viação Férrea do Rio Grande do Sul e a Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina.

Não tem sido menor o trabalho levado a bom termo em matéria de rodovias, onde estão sendo vigorosamente atacadas as obras de implantação e pavimentação de algumas das mais importantes estradas brasileiras. Obra nem sempre percebida, e frequentemente ignorada pelo País, exige lembrar-se que no período do atual Governo já foram implantados 1.385 kms. de rodovias,

ao mesmo tempo em que se pavimentaram 925 kms., além da restauração de mais de três milhões de metros quadrados. Outrossim, é necessário que os brasileiros saibam quanto tem custado êsse notável esforço, sômente possível devido ao ajustamento dos combustíveis à verdade cambial. Nem custa imaginar o que representa para o País uma inversão de 160 bilhões de cruzeiros, preço pago pelas obras acima mencionadas, que incluem apenas as atividades do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Nelas não se compreendem outras realizações também de extraordinária significação como a completa restauração da Belém-Brasília, hoje plenamente aberta ao tráfego, ou as que ficaram a cargo das Obras Contra as Secas.

Em relação aos transportes cabem algumas palavras sôbre o Lóide Brasileiro, organização com tão relevantes serviços ao País, mas cujo descabro, no momento em que se instalou o atual Governo, não há quem desconheça, tanto se tornara notória a situação caótica da sua administração.

Quando do advento da Revolução de 31 de março, estava o Lóide Brasileiro afundado num mar de dívidas, que se elevavam a cinco bilhões de cruzeiros no País e seis milhões de dólares no exterior. O que representava em matéria de deterioração do crédito estou dispensado de sublinhar. Além disso, doze dos vinte navios denominados tipo "Nações" — e que constituem a espinha dorsal da marinha mercante nacional — achavam-se fora de tráfego.

Passado pouco mais de ano e meio, é quase inacreditável o que se fez na tradicional empresa de navegação, que se tornara tristemente famosa pela anarquia em que mergulhara. Começarei por dizer que tôdas as dívidas no País estão liquidadas, embora houvesse diminuído seis bilhões a subvenção oficial. E quanto às dívidas no exterior, não sômente estarão totalmente saldadas até dezembro, conforme esquema de pagamento preestabelecido, como o Lóide, em algumas praças estrangeiras, apresenta apreciáveis saldos em dólares, que ficam à disposição do Governo.

E dos doze navios encostados já onze tornaram ao serviço, havendo sido gasta a importância de dez bilhões de cruzeiros em

sua recuperação. Esses os frutos colhidos de uma administração capaz, voltada para o interesse público, em vez de preocupada em cortejar uma popularidade terrivelmente onerosa para os brasileiros, que, afinal, tiveram de pagar todos os desregramentos oriundos da incompetência ou da demagogia.

Complemento valioso para a reorganização do nosso sistema de transportes marítimos e fluviais encontramos na Comissão de Marinha Mercante, empenhada em trazer para justo nível o custo operacional do transporte marítimo, bem como sanar as várias irregularidades existentes. Esforço cujos efeitos se tem feito sentir, principalmente, em relação a certos produtos gravosos da nossa exportação, e cuja gravosidade foi eliminada ou diminuída pela redução dos fretes. Nesse particular podemos mesmo assinalar que o cacau e a manteiga de cacau tiveram o frete para a América do Norte, principal centro consumidor, diminuído em 10 dólares por tonelada, enquanto o sisal, na mesma linha, alcançou uma baixa de quase três dólares.

Notável tem sido também o esforço feito no sentido de aumentar a frota nacional, assim como manter e ampliar os nossos estaleiros. Sômente no exercício corrente encomendou a Marinha Mercante 19 navios de vários tipos, além de estarem em construção, nos estaleiros nacionais, outros 24 navios. E nove outros já foram lançados ao mar pela atual administração. Tudo a representar uma inversão superior a setenta bilhões de cruzeiros.

Se muito se tem trabalhado em relação aos transportes, não menos importante é o que se fez e se continua a fazer em matéria de comunicações. Estas, quanto ao que diz respeito ao Departamento dos Correios e Telégrafos, haviam perdido inteiramente a confiança pública. E todos sabem quanto é lento o crescimento da árvore da confiança. Certamente, não me é permitido nesta oportunidade entrar em pormenores sobre as múltiplas tarefas realizadas com o objetivo de normalizar o tráfego postal e telegráfico. Contudo, não me limitarei a dizer que, havendo invertido, em 1964, seis e meio bilhões de cruzeiros, deverá investir este ano aproximadamente 16 bilhões. É justo que os brasileiros desejem conhecer algumas das principais realizações nesse setor das comunicações, e não me escusarei em apresentá-las.

Devo, pois, dizer que entre as obras fundamentais agora realizadas cumpre incluir a conclusão das estações receptoras de Guaratiba, na Guanabara, a Marambaia, no Pará, onde a instalação de novos equipamentos, a exemplo do efetuado em Adrianópolis, no Maranhão, possibilitará a instalação de teletipo automático. Igualmente relevante foi a construção da linha de ondas portadoras entre São Paulo e Curitiba, iniciada há 16 anos, e que possibilitará a instalação de central elétrica telex em Curitiba, bem como a ligação telefônica, em tráfego mútuo, entre aquelas capitais.

Igual serviço já foi começado para as cidades de Joinville e Blumenau, o que permitirá ligações telefônicas e telegráficas com o sistema da região centro do País. Um multiplex de 4 canais também foi instalado para a ligação Fortaleza-Guanabara, e, na ligação telegráfica Goiânia-Brasília e Goiânia-Guanabara, foi assegurado o teletipo automático. Por último posso adiantar para muito breve a inauguração da estação de telex que atenderá às cidades do ABC paulista, bem como a conclusão da primeira Estação Telex da América do Sul, ligada por pôsto Mux automático, com correção de erros.

E consequência da tenacidade com que se executa programa tão ambicioso e indispensável é a reconquista da confiança pública, que bem se reflete na arrecadação do Departamento, cuja receita acusa um aumento mensal médio de seis bilhões de cruzeiros.

Não se limitaram, porém, a êsses aspectos da recuperação financeira e econômica as atividades fundamentais do Governo. Ao lado das já referidas há que ressaltar aquelas destinadas diretamente a proteger e melhorar o homem brasileiro, seja proporcionando-lhe novas e maiores possibilidades em todos os graus de ensino, seja assegurando-lhe melhores condições de saúde.

No setor da Saúde, por exemplo, prosseguiram os múltiplos trabalhos que visam a levar assistência a milhões de brasileiros, que dela necessitam, e que assim tratados multiplicarão a sua contribuição para a economia nacional. Não poderá haver um país rico com um povo doente. E, com o objetivo de tornar real e efetivo o amparo à saúde, foram intensas as atividades e inúmeras as realizações: no combate às endemias que assolam tantas regiões do País; em obras de saneamento de grande vulto, que são verda-

deiro marco de redenção para esquecidas populações; na luta contra a tuberculose e a lepra; na extinção da varíola, mediante intensiva vacinação; no preparo de pessoal especializado para os serviços de Saúde; na ultimação de hospitais há muito inacabados, ou no adequado aproveitamento dos existentes.

Seria enfadonho, se não impossível, pretender enumerar aqui em pormenor o muito que se levou a bom termo nesse importante setor da administração. Contudo, não é demais que mencione algumas das mais importantes realizações. Dentre estas começarei por assinalar a inauguração, em 1965, de 45 novos serviços de abastecimento de água em cidades do interior cujo saneamento básico ficou a cargo do Serviço Especial de Saúde Pública, ou do Departamento Nacional de Endemias Rurais. O que isso representa para a saúde do povo creio não precisar sublinhar, tanto é sabido que uma das causas principais de numerosas enfermidades reside no uso de águas poluídas. Concomitantemente, aquele Serviço Especial de Saúde reabriu, pelo País afora, 52 Unidades Sanitárias e Subpostos de Saúde e atendeu nos seus serviços mais de quatro milhões de pessoas. Mas, dentro da orientação de estimular e amparar do melhor modo os serviços de assistência, buscou o Governo proporcionar os recursos possíveis às Santas Casas de Misericórdia, cuja benemérita e secular atividade a nação bem conhece, e a elas foram pagos auxílios num montante de um bilhão e seiscentos e cinquenta milhões de cruzeiros. Talvez não seja muito, em comparação com os serviços que prestam ao Brasil, mas demonstra o esforço do Governo num período em que se empenha num austero programa de economia.

Dentre os serviços de assistência direta às populações, creio não dever omitir a distribuição de duas mil e quinhentas toneladas de leite em pó, que se destinam, principalmente, a suprir deficiências alimentares da infância. Obra, aliás, de grande importância é o Banco de Leite Humano, na Guanabara, cuja instalação reclamou recursos da ordem de vinte e cinco bilhões de cruzeiros e irá propiciar imensas possibilidades ao Departamento Nacional da Criança. E ao tratar da criança brasileira não deixarei de lembrar a aplicação de 5 milhões de doses de vacina Sabin, em 1964 e 1965.

Também merece ser assinalado o quanto se tem feito na luta contra algumas endemias, como a Febre Amarela, a Doença de Chagas e a Malária, cuja campanha de erradicação foi profundamente reorganizada.

Reconhecimento da seriedade do esforço desenvolvido é a ajuda proporcionada por organizações estrangeiras, cuja contribuição deve merecer o nosso reconhecimento. Sòmente para o nosso reequipamento hospitalar, pudemos contar com um financiamento da Alemanha Ocidental da ordem de 15 bilhões de cruzeiros, e da França num montante de 11 bilhões. Com a A.I.D. celebramos convênio que nos fornecerá seis e meio milhões de dólares para a erradicação da malária; e com a Organização Pan-Americana de Saúde firmamos convênio para a preparação de especialistas.

Dezenas de outras iniciativas ligadas à saúde pública testemunham o empenho do Govêrno nesse setor fundamental. Cumpre, porém, não esquecer que num imenso território, abrigando oitenta milhões, todos os problemas são enormes e exigem extraordinário esforço para a sua solução.

Consciente de nunca ser demais o que se despende com a educação, bem como da impossibilidade de qualquer desenvolvimento que não assente na ciência e na técnica, o Govêrno não tem poupado recursos com o objetivo de melhorar as condições de ensino no País. Como providências preliminares para alcançar aquelas finalidades estão o *Salário-Educação*, destinado a propiciar maiores recursos, e cuja arrecadação neste ano deverá ascender a 120 bilhões de cruzeiros; e o *Censo Escolar*, a pesquisa educacional de maior amplitude já efetuada no País, que possibilitará substancial modificação no equacionamento dos problemas do ensino.

Conseqüência do deslocamento havido em função da industrialização e urbanização, a expansão do ensino médio representa dos mais importantes fatos sociais da vida brasileira nos últimos decênios. Daí os problemas que suscita, a fim de não ser permitido um crescimento desordenado e em condições deficientes. Quanto a estas é indispensável não apenas oferecer maior número de professores, mas, principalmente, de professores de padrão cultural e pedagógico adequado. Daí o empenho com que se volta

o Ministério da Educação para o treinamento do pessoal docente, estando previsto o preparo de 5.600 professores para as disciplinas do 1º e 2º ciclos, além do treinamento de 900 professores de Artes Industriais, Técnicas Comerciais e Agrícolas, e 1.000 professores de Práticas Educativas. Também deverão ser instruídos, em 10 cursos semestrais nas Faculdades de Filosofia, novos Administradores de escolas. E, em cooperação com o Plano Nacional de Educação, dever-se-á implantar ginásios que incluam orientação para o trabalho, e nos quais serão instaladas 300 oficinas de Artes Industriais, 100 oficinas de Técnicas Agrícolas e 300 salas-ambiente para Técnicas de Comércio. Além disso, e de acordo com o Plano Nacional de Educação, os recursos fornecidos aos Estados, mediante convênios e destinados ao ensino médio, elevaram-se a mais de três bilhões de cruzeiros.

Outro ramo de ensino em franco desenvolvimento é o Comercial. 1.400 estabelecimentos de ensino técnico comercial distribuem-se por mais de 650 municípios, apresentando matrícula de 290.000 alunos, que são atendidos por mais de 20.000 professores. Também o Ensino Industrial, de tanto relêvo para possibilitar o almejado surto de industrialização, tem sido objetivo de uma série de medidas, que permitirão, inclusive, através de um programa intensivo de preparação de mão-de-obra industrial, habilitar, anualmente, 36.000 profissionais dêsse tipo.

Em relação ao ensino primário, confiado aos Estados e Municípios, tem cabido à União, além das normas que melhor possibilitem a ação supletiva, fornecer recursos vultosos para a construção escolar, aperfeiçoamento e extensão da rede de ensino. No particular é possível afirmar-se que jamais o Governo Federal contribuiu em escala que sequer se pareça com a atual. Bastará dizer-se que foram de mais de quatro bilhões e meio de cruzeiros os recursos liberados neste ano para os Estados e Territórios; alcançando os outorgados a Prefeituras montante de dois bilhões e duzentos milhões. Complemento dêsse quadro confortador é a assistência dada através da Merenda Escolar, que, dentro de normas de rígida fiscalização, atendeu, em 1964, três milhões e setecentos mil escolares distribuídos em mais de 30 mil escolas. Para 1965

estão previstos 5.600.000 escolares, em 37 mil escolas, devendo ser despendida a importância de dois bilhões de cruzeiros.

No campo do ensino nenhum grau reclamou maior atenção do Governo do que o superior, onde tem sido necessário desfazer os perniciosos efeitos da intensa campanha política e ideológica realizada, no meio estudantil até março do ano passado, e que criara clima de indisciplina e agitação incompatível com a nossa estrutura universitária. Por sua vez, o próprio Ministério da Educação adotara uma demagógica política de expansão indiscriminada, divorciada de qualquer planejamento no ensino superior sob o pretexto de uma falsa democratização. Assim, devido ao rápido aumento do número de alunos sem proporcional incremento do corpo docente e dos recursos materiais, a agitação encontrara no tempo ocioso um admirável aliado para a ação subversiva. E ao mesmo tempo em que se abarrotavam as Universidades com alunos inabilitados, mas logo apresentados como excedentes, insuflava-se na mocidade o desejo de prematura liderança, que se deveria afirmar através da destruição da ordem e das estruturas sociais.

Consubstanciou essa orientação o Decreto nº 53.642, de 1964, que determinou pura e simplesmente, sem qualquer indagação das necessidades do mercado de trabalho ou prévia preparação de adequados recursos humanos e materiais, a duplicação das matrículas nos cursos superiores. E dada a ingenuidade de alguns, a timidez de todos e a falta de escrúpulo dos órgãos governamentais, firmaram-se, com o objetivo de atender a essa impossível duplicação de matrículas, convênios num montante de 1 bilhão e setecentos milhões de cruzeiros, quando a previsão orçamentária era apenas de 234 milhões. Vitoriosa a Revolução, houve que disciplinar o assunto, que foi entregue à Diretoria do Ensino Superior e à CAPES.

Estimado então o montante dos compromissos, buscaram-se recursos suplementares na liberação de saldos dos exercícios anteriores através de um crédito especial de 833 milhões de cruzeiros, da liberação de dotações orçamentárias comprometidas no plano de contenção. Promoveu-se assim o pagamento dos convênios numa base de 70%, o que permitiu aos estabelecimentos de ensino superior atender às despesas decorrentes do aumento de matrículas

impôsto pelo Govêrno, bem como restabelecer a confiança no cumprimento dos encargos assumidos.

Tornou-se assim possível, em 1965, partir para uma programação da expansão do ensino superior, em bases seletivas, ajustadas às necessidades do desenvolvimento nacional e às características da nossa conjuntura. Procurando assegurar o crescimento das matrículas nos cursos superiores e o paralelo aperfeiçoamento do ensino, dirigiu-se o esforço do Govêrno, preferentemente, para as áreas mais ligadas ao desenvolvimento e ao bem-estar do povo. Concentraram-se então os recursos na ampliação de matrículas e medidas de aprimoramento do ensino, especialmente nas áreas da engenharia, química, medicina, odontologia, farmácia, enfermagem, agronomia e de ciências básicas nos cursos de professores para o ensino secundário.

Ao ensino de engenharia destinaram-se, e estão sendo empregados, dois bilhões e 150 milhões de cruzeiros, que permitiram a matrícula, no País, de mais de 20.000 alunos nos cursos de engenharia. Na área da química, na qual se procedeu a um balanço da necessidade real do mercado de trabalho bem como da capacidade dos estabelecimentos de ensino, serão empregados este ano 515 milhões de cruzeiros.

Um programa quinquenal planificou a expansão do ensino médico de modo a atender razoavelmente a população brasileira. E ao tempo em que se despenderá já este ano um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros visando à expansão das matrículas, mais um bilhão e seiscientos milhões serão gastos na melhoria dos padrões de ensino.

No ensino odontológico despendem-se no momento 315 milhões, enquanto no de farmácia está previsto um investimento de 300 milhões. No ensino da enfermagem de nível superior, muito aquém das necessidades do País, serão despendidos 115 milhões de cruzeiros.

Para corrigir o desinterêsse muitas vêzes demonstrado por jovens brasileiros pelos estudos superiores de caráter científico ou tecnológico, e que decorre do ensino inadequado, nos cursos médios, das disciplinas relativas às ciências, procura-se melhorar

substancialmente e, ao mesmo tempo, difundir o ensino das ciências básicas nas Faculdades de Filosofia.

Quanto aos cursos de pós-graduação, atualmente a cargo do Conselho Nacional de Pesquisas, da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e da Diretoria do Ensino Superior, contam com amplos recursos desses três setores. O Conselho de Pesquisas dispõe de cerca de oito bilhões de cruzeiros; a CAPES de doze bilhões de cruzeiros no orçamento, além de quatro milhões de dólares oriundos de empréstimo através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Creio que esta vista d'olhos sobre o panorama do nosso ensino superior demonstra o profundo interesse do Governo em tão importante setor da vida nacional e o esforço que se faz, malgrado as necessidades de poupança do erário público, para que o nosso desenvolvimento não seja retardado pela falta de brasileiros devidamente habilitados. A necessidade de corrigir não nos tem impedido de expandir e aprimorar os nossos cursos de nível superior ou de pós-graduação, ambos de alta significação para o progresso brasileiro.

Também com o propósito de amparar o homem brasileiro, não descurou o Governo do problema da Previdência Social, fonte de segurança para quantos dela participam. Ao mesmo tempo em que defende o trabalhador brasileiro, que deve ser não apenas a base mas sobretudo o beneficiário da prosperidade nacional, libertando-o da calamidade dos salários inflacionados, busca o Governo melhorar substancialmente a assistência prestada pelos Institutos de Previdência. Transformados em meros instrumentos da política, verdadeiros cabides de empregos, haviam deixado de desempenhar as suas legítimas finalidades para serem o pasto de reduzido grupo de aventureiros. Isso em prejuízo de milhões de contribuintes, para os quais estavam sempre fechadas as portas dos Institutos.

Hoje, reorganizados os métodos de trabalho, que, em certos casos, como no IAPI, tem atingido as próprias estruturas, com a mais ampla descentralização da rede de arrecadação e de pagamento de benefícios, inicia-se nova fase nos serviços previdenciários.

Por sua vez a rede de assistência médica, que tão grandes deficiências acusava, principalmente em relação aos industriários, começa a apresentar índices de eficiência adequada, embora ainda muito haja a melhorar. Onde, porém, mais se sente a inflexível implantação de normas de moralidade e eficiência, é quanto à recuperação financeira da Previdência Social, que saiu do regime de *deficit* de caixa para um *superavit* real. Isso apesar do parcial desequilíbrio financeiro, que perdura no IAPM, no IAPFESP e no IAPETC. Prova, porém, daquela restauração financeira é a crescente inversão de recursos no pagamento de benefícios em dinheiro e na concessão de assistência médica, conforme se constata nos três semestres derradeiros. Assim, contra uma despesa de 167 bilhões no primeiro semestre de 1964, tivemos, no segundo semestre do mesmo ano, despesa equivalente a 386 bilhões, que foi ligeiramente elevada nos seis meses iniciais deste ano.

Por último, a fim de estender a todos os trabalhadores os benefícios da Previdência Social, tem o Governo quase concluídos os projetos elaborados pelo Ministério do Trabalho, com a participação das classes trabalhadoras e empresariais, com o objetivo não somente de aperfeiçoar o sistema vigente, mas também de estender aos trabalhadores rurais e domésticos idênticos benefícios.

Do que vos acabo de dizer, que constitui o auspicioso balanço da obra de recuperação nacional empreendida pela Revolução, salta aos olhos o feliz êxito do programa do Governo e a razão dos sacrifícios reclamados do povo brasileiro, cujas provas de civismo e compreensão o têm possibilitado. Antes, a fugaz euforia era o prenúncio das terríveis dificuldades decorrentes da inflação, que tanto mal fez ao Brasil e aos brasileiros; hoje, o sacrifício que se pede é a véspera da prosperidade nacional.

Por isso mesmo, depois de árduos trabalhos e sofrimentos, seria inadmissível que retrocedêssemos graças à agitação provocada pela radicalização daqueles que, tomando posições extremas, desejam suprimir as instituições democráticas, admirável conquista do povo brasileiro. Para prosseguir na obra encetada, que esperamos concluir dentro dos dezessete meses do nosso período de governo, e assegurar a própria sobrevivência da democracia, vimo-nos na

contingência de retomar em sua plenitude os poderes emanados da Revolução de 31 de março, cuja capacidade de trabalho começara a ser paralisada por crises provocadas pelos inconformados de toda sorte, inclusive os que não aceitam os resultados das urnas, muitas vezes injustos, mas cujo respeito é essencial à democracia. Ao retomar tais poderes não desejei, nem desejo, munir-me do arbítrio, e disso estão bem certos todos os brasileiros. Contrário ao continuismo, permanecerei, porém, no governo, até o último dia do meu mandato, pois o meu compromisso é o de abrir caminho para o futuro. Um futuro em que, num ambiente de prosperidade e tolerância, todos os brasileiros, acima de divergências políticas ou religiosas, se reúnam democraticamente para a obra comum da construção de um grande país. Nem outro é o sentido dos aplausos e do apoio recebidos de todo o território nacional e de todas as camadas da população.

Era, porém, impossível, e mais do que isso imperdoável, nas atuais circunstâncias, tão bem conhecidas de todos, não dispor o Governo de meios que lhe permitissem assegurar ao país a tranquilidade de que necessita e que reclama para trabalhar e prosperar.

Era dever ao qual não poderia faltar nem negar a própria Revolução. Conforta-me e dá-me renovadas energias a inequívoca solidariedade dos brasileiros, que apóiam vigorosamente a política de reformas, recuperação econômica e financeira e normalização da vida democrática do País. E estes são os rumos invariáveis do Governo.

Também o vosso Governo, no âmbito estadual, tem idênticos objetivos. Num pleito livre, e a fim de serem aqui implantados os princípios da Revolução, fostes buscar nas fileiras do Exército um ilustre filho do Estado do Rio de Janeiro, o Governador Paulo Tórrès, para realizar a obra de soerguimento desta grande unidade da Federação. E como prova do acerto com que agistes, aí está um Governador dinâmico, empreendendo racional e eficiente plano de administração, cujos benefícios revertem para o povo ao tempo em que dá segurança ao Governo Federal.

Ao concluir, Senhor Presidente, desejo não apenas renovar os meus agradecimentos pela calorosa acolhida com que acaba de me honrar o povo fluminense, através da palavra dos seus representantes nesta Casa, mas também vos assegurar o meu reconhecimento pela honra que me conferistes outorgando-me o título de cidadão do Estado do Rio de Janeiro.